



REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DA DISCIPLINA “PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO” NO CURRÍCULO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA DO IFES CAMPUS ITAPINA

José C. Valbuza – claudiovalbuza@gmail.com
IFES Campus Itapina
Rod. BR 259, KM 70, Itapina
29.709-910 – Colatina – ES

Camila Meneghelli – camilameneghelli21@gmail.com

***Resumo:** O estudo propõe reflexões sobre a viabilidade da inclusão da disciplina “Propriedade Intelectual e Inovação” como proposta optativa para o curso de Engenharia Agrônômica do Instituto Federal do ES (IFES) Campus Itapina, sediado em Colatina/ES. Ao analisar a evolução histórica da Propriedade Intelectual e valorização do conhecimento, o artigo enfoca o novo papel das Instituições de Ensino Superior e suas transformações e adaptações nas grades curriculares dos cursos com atuações simultâneas em ensino, pesquisa e extensão. O projeto propõe uma disciplina com carga horária total de 60 (sessenta) horas, distribuídas em atividades teóricas e práticas, utilizando ambientes presenciais e a distância. A proposta de ementa da disciplina aborda os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) e suas relações com o desenvolvimento tecnológico, socioeconômico e cultural das regiões, as políticas de CT&I e suas relações com produtividade e competitividade e a informação tecnológica como estratégia competitiva na prospecção, gestão e comercialização de intangíveis. Aproveitando a capilaridade proporcionada pela estrutura do IFES e considerando os diversos desafios e oportunidades que uma mudança de paradigmas pode proporcionar, este estudo gerou a elaboração de uma proposta de ementa completa da disciplina e pretende contribuir com as ações em CT&I que estimulem a formulação de políticas e práticas pedagógicas multidisciplinares e interinstitucionais voltadas para a excelência profissional e tecnológica do corpo discente do IFES, bem como no apoio à formulação de políticas públicas regionais e setoriais para o maior e mais rápido crescimento e desenvolvimento socioeconômico, melhoria da renda e da qualidade de vida do país.*

***Palavras-chave:** Propriedade Intelectual, Ifes, Currículo, Agronomia.*

1. INTRODUÇÃO



O atual processo de internacionalização das economias e a presença cada vez maior da produção e disseminação da informação e do conhecimento têm levado a inovação tecnológica ocupar lugar de destaque na competitividade entre países na busca por melhores condições de vida e maior crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Segundo Lastres & Ferraz (1999), intensas e velozes mudanças, em todos os tipos de atividades econômicas e em grande parte dos países, têm viabilizado a criação e desenvolvimento de novos produtos, processos, insumos, mercados e formas de organização devido ao surgimento e à sinergia de uma série de inovações sociais, institucionais, tecnológicas, organizacionais, econômicas e políticas.

Considerando que a forma como cada sociedade lida com a produção, disseminação e gestão do conhecimento revela seu grau de desenvolvimento. A ciência, antes vista como uma explicação para os fenômenos da natureza, passou a ser motivadora para a geração de novas tecnologias e de um novo padrão econômico. Para Burke (2003), uma das razões para se afirmar que vivemos numa sociedade da informação é que a produção e venda de informações contribui de maneira considerável para as economias mais desenvolvidas.

Saber distinguir informação de conhecimento é fundamental. Enquanto que este pode ser considerado como a transformação da informação ou a informação processada, construído a partir de relações sociais; aquela é um dado prático, usual; é algo que se vai refletir sobre ele; tem que ser discernido, explicado. Tão importante quanto deter produtos é deter conhecimentos.

A evolução do conhecimento transformou em bem privado o que antes era público. Se o conhecimento era algo recebido do divino, não se poderia cobrar por aquilo; não existia aí a figura do autor, do escritor; era um bem público. Com o Renascimento, o homem passa a ser produtor do conhecimento, sendo lícito cobrar por tal propriedade – é o nascimento da Propriedade Intelectual. (BURKE, 2003)

Tão antigo quanto o capitalismo, o comércio teve uma participação muito grande na disseminação do conhecimento onde a mercantilização da informação, segundo Burke (2003), sempre foi uma fonte valiosa nas relações econômicas. Com a invenção da prensa tipográfica na Europa por Gutemberg, em 1450, o conhecimento passa a ser cobrado, pois surge um novo grupo social com interesse em tornar público o conhecimento que antes era privado. A comercialização do livro no século XVIII marca o nascimento da primeira sociedade do consumo. A primeira lei dos direitos autorais, em 1709, surgiu para incentivar os homens de cultura a escreverem livros úteis, ou seja, produzir livros de conhecimento ao invés de romance.

Porém, o modelo econômico atual recebe severas críticas de vários autores. Para Muraro (2009), existe uma grande dicotomia entre o avanço científico e tecnológico *versus* destruição ambiental e exclusão econômica. A autora procura resgatar valores como solidariedade, respeito à vida e ao meio ambiente, apresentando fortes argumentos contrários ao modelo econômico atual. Sua obra faz uma abordagem da influência do dinheiro e a evolução tecnológica em seus principais campos e tem como proposta criar um futuro verdadeiramente sustentável para todo o planeta terra. Observadora da sociedade e da tecnologia, Muraro (2009) faz críticas implacáveis aos “Senhores do Dinheiro”, ao ponto de considerar o capital/dinheiro como “a mais nefasta e satânica das tecnologias” (pg.327).

Já para Cruz (1996), a submissão dos países menos desenvolvidos aos detentores do conhecimento condena-os à dependência, sujeição e colonização, desenhando um retrato atual do modelo desigual do sistema econômico internacional.



Além de garantir uma posição jurídica, que permite ao seu titular a recuperação dos investimentos em P&D, os direitos de Propriedade Intelectual, segundo Barral & Pimentel (2007), garantem também uma posição econômica privilegiada ao permitir a exclusividade de processo industrial, de comercialização, de seu signo distintivo, de obra literária, artística ou científica. Nota-se, portanto, que a Propriedade Intelectual envolve aspectos econômicos, tecnológicos, *business*, sociais, culturais, educação, entre outros.

Ao considerar que as academias podem desempenhar um papel maior na política de inovação nas sociedades do conhecimento, Etzkowitz & Leydesdorff (2000) propõem a ampliação das responsabilidades acadêmicas, onde ensino e pesquisa juntam-se a um importante papel no desenvolvimento econômico – a terceira missão das universidades. Atribuindo às instituições de ensino um papel fundamental e considerando a educação como instrumento de mudança, Freire (1996), considera que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Estas reflexões provocam análises sobre os inúmeros desafios que a Economia do Conhecimento e o novo papel das Instituições de Ensino Superior - IES demandam. Pretende-se, com este artigo, contribuir para as reflexões sobre a inclusão da disciplina “Propriedade Intelectual e Inovação” nas grades curriculares dos cursos de graduação com atuações simultâneas em ensino, pesquisa e extensão, principalmente no curso de engenharia agrônoma, considerando esta, apenas uma ação em prol da capacitação e formação profissional de excelência dos egressos do IFES.

2. JUSTIFICATIVA

Apesar de um estoque genético riquíssimo que estimula a adaptação e tolerância, um importante mercado interno, uma grande disponibilidade de mão-de-obra, um sistema econômico estável, uma matriz energética adequada, uma promissora disponibilidade de petróleo e derivados, abundância de terra e água, tecnologia para expandir sua agricultura, uma única língua, sem problemas de fronteira, étnicos e religiosos sensíveis e uma forte cultura empreendedora entre micro e pequenos empresários, o Brasil possui a penúltima colocação no ranking de competitividade, segundo o levantamento Competitividade Brasil, da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, em 2012, que compara a competitividade de 14 países com economia semelhante à brasileira. Fonte: Instituto Max Weber. Disponível em <http://institutomaxweber.com.br/pt/brasil-ocupa-penultima-posicao-em-ranking-de-competitividade/>. Acesso em 15/06/2013.

A má posição do Brasil se deve principalmente à mão de obra cara, ao alto custo do capital, à má qualidade da infraestrutura logística e ao ambiente macroeconômico desfavorável. Em todos os quatro quesitos o Brasil ficou na pior colocação do ranking. Outros fatores negativos também foram identificados, tais como o baixo nível de investimento, sobretudo em inovação, a baixa qualidade da educação e a alta carga tributária.

Nota-se que, com a economia do conhecimento, a distância e o tempo entre a invenção e a inovação se tornou bastante reduzida e a difusão tecnológica transformou-se em fator essencial para o desenvolvimento do país. Aproximar e propiciar uma interação eficiente entre os agentes deste desenvolvimento é um dos maiores desafios da atualidade considerando os reflexos positivos que poderão ser gerados.

Assumindo sua “terceira missão”, as universidades e centros de pesquisas têm recebido apoio do Governo Federal para buscar essa interação, mas, ao mesmo tempo, têm encontrado inúmeros gargalos que impedem um avanço mais considerável, tais como culturas



institucionais, formação e qualificação dos servidores e colaboradores, carência de pessoal, desconhecimento de estratégias de captação de recursos, setores e departamentos com estrutura física insuficiente, limitações e burocracia das normas e procedimentos legais, desestímulo a pesquisadores, influências políticas e setoriais, entre outros.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), em 2008, o governo federal vem qualificando profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizando pesquisas e desenvolvendo novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. O projeto dessas instituições entende a educação como compromisso de transformação social, considerando as especificidades socioeconômicas regionais, demandando a formação de profissionais preparados para atuar de forma contextualizada em suas regiões – e esta é uma questão intimamente associada à sustentabilidade. (SUETH, 2009).

Porém, diante das questões e desafios da nova Economia do Conhecimento, as discussões sobre Propriedade Intelectual e Inovação ganham espaço na gestão institucional e nos projetos pedagógicos da academia, considerando o potencial de geração de receitas decorrentes de contratos de transferência de tecnologia, a utilização estratégica da informação tecnológica, as potencialidades para um maior desenvolvimento regional, a preservação e proteção da cultura local, os resultados de pesquisas, as parcerias interinstitucionais, e muito mais. Neste sentido, há que se mencionar uma importante ação que está sendo desenvolvida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC. Assinado em 2010, o acordo INPI X SETEC/MEC tem como foco a capacitação de alunos e servidores dos Institutos Federais, bem como a elaboração de projetos pedagógicos voltados à disseminação da Propriedade Intelectual.

Conforme Takagi *et al*(2008), discutir Propriedade Intelectual é um recente e importante tema para os graduandos nas instituições tanto em economias desenvolvidas quanto em economias em desenvolvimento. Aplicadas em diversos campos do conhecimento, tendo em vista que trata-se de um tema tangencial, as discussões sobre o tema busca atender a uma forte demanda internacional por graduados capazes em transformar ideias em negócios.

Ao permitir estas considerações e reflexões, o presente trabalho busca também contribuir para as ações estratégicas de capacitação, qualificação e disseminação dos Direitos de Propriedade Intelectual no IFES, conforme proposta de projeto apresentada a seguir.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Campus Itapina situa-se às margens do Rio Doce, entre as cidades de Colatina e Baixo Guandu, ao Norte do Estado do Espírito Santo. A microrregião, hoje denominada Noroeste Capixaba, compõe-se de 23 municípios fundamentalmente agrícolas, predominando o cultivo de café e hortaliças e criação de gado bovino. Mais recentemente, a aquicultura, fruticultura tropical e avicultura de postura tornaram-se atividades agrícolas em expansão. Destacam-se também a extração e beneficiamento de rochas ornamentais e o setor de confecções. A agricultura na região é predominantemente familiar e reproduz o perfil fundiário do Estado, composto na sua maioria de pequenas propriedades. Portanto, as características da região indicam um elevado potencial para se tornar um grande centro de produção agropecuária.



O município de Colatina é um dos maiores da região do Noroeste do Espírito Santo e nos últimos anos tem se desenvolvido devido a atividades agrícolas, implantação de indústrias e extração mineral. O crescimento desses setores gera a demanda por instituições de pesquisa e ensino que possam, não somente formar profissionais aptos a atuarem nessas atividades, como também criar subsídios tecnológicos para amparar o desenvolvimento dos setores produtivos. Paralelamente à crescente demanda regional por profissionais da área agrícola, a vocação do Campus Itapina pelo ensino nessa área propicia um ambiente favorável ao curso de Agronomia.

Nesse aspecto, o Campus Itapina busca além das ações de ensino regular e das atividades de pesquisa e de extensão, oportunizar a disseminação do conhecimento técnico e tecnológico nas camadas sociais menos favorecidas, integrando-se com a comunidade e contribuindo para o seu desenvolvimento. Ademais, as parcerias com finalidades diversas são compromissos sociais da Instituição, mediante convênios firmados com setores públicos e privados da região, formando profissionais competentes para atuar no arranjo produtivo local.

Dentro deste contexto, o projeto propõe a inclusão de uma disciplina sobre Propriedade Intelectual no curso superior de Engenharia Agrônoma, com carga horária total de 60 (sessenta) horas, com atividades teóricas (40 horas) e práticas (20 horas), utilizando ambientes presenciais e a distância.

Com o nome de “Propriedade Intelectual e Inovação”, a disciplina teria como pré-requisito o componente curricular “Economia Rural” – CGEI348, oferecida no quarto período do curso. (Fonte: Matriz Curricular de Agronomia. Disponível em http://www.eafcol.gov.br/Documentos/MATRIZ_CURRICULAR_AGRONOMIA_2013.pdf. Acesso em 09/10/2013).

Com uma metodologia multidisciplinar, interinstitucional e perfil profissionalizante, a disciplina seria conduzida com diversas estratégias de aprendizado, tais como exposição dialogada de conteúdo previamente divulgado, discussão de textos de referência e temas contextualizados, estudo de *cases* de sucesso, apresentações de trabalhos individuais e em grupo, aulas compartilhadas com professores especialistas, participação em palestras, visitas técnicas, eventos, oficinas e elaboração de artigo multidisciplinar.

A proposta de ementa da disciplina aborda os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) e suas relações com o desenvolvimento tecnológico, socioeconômico e cultural das regiões; as políticas de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com produtividade e competitividade e a informação tecnológica como estratégia competitiva na prospecção, gestão e comercialização de intangíveis.

Os objetivos gerais sugeridos abordam 4 pontos principais: definir os principais conceitos dos Direitos de Propriedade Intelectual, relacionar PI com Desenvolvimento tecnológico e socioeconômico, analisar as políticas nacionais, regionais e setoriais de CT&I e o papel dos agentes públicos, privados e das academias e discutir sobre Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio Brasileiro, considerando seus desafios e potencialidades.

Diversos objetivos específicos foram pensados, tais como:

. Conhecer o perfil socioeconômico das regiões de origem e/ou interesse dos alunos e seus principais desafios e potencialidades para o agronegócio;

. Conhecer os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI): história, marco legal e características;

. Entender a relação entre PI e Desenvolvimento;

- . Entender o papel da inovação (e seus sistemas e agentes) para o aumento da produtividade e competitividade, considerando os desafios e políticas públicas de incentivo;
- . Conhecer as estratégias de proteção dos DPI no Agronegócio; - Discutir sobre o avanço da biotecnologia no Agronegócio e seus impactos socioeconômicos e culturais;
- . Entender a importância do uso estratégico das informações tecnológicas e os atuais processos de prospecção, gestão e transferência de tecnologia;
- . Conhecer o papel do INPI como importante agente de disseminação da PI;
- . Disponibilizar oficinas de Prospecção Tecnológica e Busca e Redação de Patentes;
- . Participar na construção de políticas públicas regionais em Ciência, Tecnologia e Inovação através da produção de artigos científicos multidisciplinares.

Os recursos a serem utilizados são os espaços didáticos básicos (sala de planejamento, sala de aula, biblioteca, sala de informática, auditório), equipamentos multimídia, veículo para transporte em visitas técnicas, recursos financeiros para passagens e diárias de palestrantes e convidados.

As avaliações teriam como critérios principais a observação do desempenho individual e coletivo verificando a assimilação, os questionamentos e a construção coletiva dos conhecimentos, por meio de resumos, exercícios avaliativos, pesquisas, apresentações, participação em debates, aproveitamento em oficinas e na produção de um artigo multidisciplinar e/ou interinstitucional.

O conteúdo programático a ser abordado foi pensado conforme Takagi *et al* (2008); considerando a abrangência do conteúdo que ofereça maior consciência e competência em relação à temática, o caráter multidisciplinar do tema e sem um formato padrão pois poderia ser adaptado às contextualizações regionais. Por serem temas com inúmeras possibilidades de abordagens, os conteúdos propostos atenderiam às seguintes discussões:

- . Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Inovação;
 - . Panorama atual de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e no mundo;
 - . Diagnósticos de desafios e oportunidades do agronegócio local;
 - . Evolução Econômica, a Era do Conhecimento e a História da PI;
 - . Direitos de Propriedade Intelectual – Propriedade Industrial, Direitos de Autor e Mecanismos *Sui Generis*: conceitos, marco legal e características;
 - . PI e Desenvolvimento. Inovação, produtividade e competitividade;
 - . *A Triple Helix*;
 - . Sistemas de Inovação: nacionais, regionais e setoriais.
 - . SPILs, APLs e agentes do Sistema de Inovação;
 - . Políticas públicas de incentivo à inovação;
 - . Marcos-legais de incentivo à inovação: Políticas nacionais, estaduais e municipais de CT&I, Lei da Inovação, Lei do Bem, Resoluções internas do IFES;
 - . Desafios para inovar no Brasil: perspectiva empresarial, pública e acadêmica;
 - . Propriedade Intelectual no Agronegócio e suas estratégias de proteção;
 - . Inovação tecnológica no campo;
 - . Os complexos agroindustriais brasileiros;
 - . Pesquisa Agrícola e Biotecnologia no Agronegócio;
 - . O uso estratégico da PI (Prospecção, gestão e transferência de tecnologias);
 - . Contratos de Transferência de Tecnologia;
 - . O papel do INPI na disseminação da PI;
 - . Oficinas de Prospecção Tecnológica, Busca e Redação de Patentes.
-



Ações são previstas para a continuidade e adaptações do projeto, considerando o grau de satisfação do aluno com relação à temática e a metodologia apresentada, as exigências mercadológicas, as mudanças políticas e institucionais e quaisquer novos acontecimentos que afetem direta ou indiretamente a proposta apresentada.

3. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia do Conhecimento é uma realidade. Cada vez mais os ativos intangíveis estão sendo valorizados no mercado, representando para muitas empresas, grande parte de seu patrimônio. Esta transformação, mais amadurecida entre os países desenvolvidos, exige condições mínimas necessárias para que tenham êxito, tais como:

- o estabelecimento de um regime jurídico de proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual considerando o tema como alavanca estratégica para o desenvolvimento econômico nacional. Apesar da existência de diversos marcos-legais, a existência de entraves burocráticos prejudica as ações importantes e urgentes demandadas pelos agentes e instituições envolvidas. Leis e normas federais, estaduais, municipais, setoriais e institucionais precisam adequar-se às demandas e ao perfil dos novos arranjos e modelos de negócios;

- o aumento dos investimentos em educação e disseminação da cultura empreendedora em todos os níveis e setores econômicos e institucionais, desde o ensino fundamental, passando pelo ensino médio, graduação, pós-graduação, os empresários e os poderes executivo, legislativo e judiciário. Esta forma abrangente pretende ampliar a qualificação do pessoal e “contaminar” o setor produtivo do país das novas demandas da Economia do Conhecimento, partindo de práticas pedagógicas multidisciplinares e interinstitucionais (locais e internacionais);

- coordenação setorial dos agentes envolvidos e do direcionamento da inovação tecnológica, ou seja, uma governança legitimada de forma democrática e com foco em produtos, processos e serviços inovadores em setores estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico regional e do país;

- entender que são mudanças lentas e que o aperfeiçoamento do papel das instituições ocorre à médio e longo prazos;- a parceria dos órgãos públicos (nas esferas municipal, estadual e federal) é também fundamental.

Certo de que os direitos de PI podem contribuir para a viabilidade econômica e incentivar a criação de produtos, processos e serviços inovadores proporcionando um ambiente de negócios sustentável para os detentores, produtores e disseminadores do conhecimento (científico ou tradicional), conclui-se que esta proposta de inclusão da disciplina “Propriedade Intelectual e Inovação” é um importante e urgente passo para contribuir com o maior e mais rápido crescimento e desenvolvimento socioeconômico, melhoria da renda e da qualidade de vida do país.



Agradecimentos

Ao IFES Campus Itapina, AGIFES, INPI e UFRRJ/PPGEA.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRAL, Welber ; PIMENTEL, Luiz Otávio. Propriedade Intelectual e Desenvolvimento. Florianópolis: Editora Boiteux, 2007.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento - de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CRUZ, Murilo. Artigo: Breve História da Administração da Propriedade Industrial e da Transferência de Tecnologia no Brasil – Ciclos Recentes: 1950/1997. 1996.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and “Modo 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. New York: Elsevier Science, 2000.

FREIRE, Paula. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LASTRES, Helena M. M. ; ALBAGLI, Sarita. (orgs). Informação e Globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, Helena. M. M. ; FERRAZ, J. C. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. Disponível em www.redetec.org.br/.../LivroEra%20do%20conhecimentocap1.pdf

MURARO, Rose Marie. Os avanços tecnológicos e o futuro da humanidade: querendo ser Deus? Petrópolis: Vozes, 2009.

SUETH, José Carlos R.; MELLO, J.C.; DEORCE, M.S.; NUNES, R.F. A trajetória de 100anos dos eternos titãs. Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2009.

TAKAGI, Yo. ; ALLMAN, L. ; SINJELA, M. A. (Orgs). Teaching of Intellectual Property: principles and methods. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.



REFLECTIONS ON THE INCLUSION OF DISCIPLINE "INTELLECTUAL PROPERTY AND INNOVATION" THE CURRICULUM COURSE OF ENGINEERING AGRONOMIC IFES CAMPUS ITAPINA

***Abstract:** The study proposes reflections on the feasibility of including the course "Intellectual Property and Innovation" as an optional proposal for the course in Agricultural Engineering from the Federal Institute of ES (IFES) Campus Itapina based in Colatina / ES . By analyzing the historical development of intellectual property and knowledge enhancement , the article focuses on the changing role of higher education institutions and their transformations and adaptations in the curricula of the courses with simultaneous performances in teaching, research and extension. The project proposes a discipline with total workload of sixty (60) hours , divided into theoretical and practical activities , using classroom and distance environments . The proposed menu of the course deals with Intellectual Property Rights (IPR) and their relationships with the technological , socioeconomic and cultural development of the regions , the policies of ST & I and their relationship to productivity and competitiveness and technological information as a competitive strategy in the exploration, management and marketing intangibles. Leveraging the reach afforded by the structure of IFES and considering the many challenges and opportunities that a paradigm shift can provide , this study led to the development of a proposal for a full menu of discipline and aims to contribute to the actions in ST & I to stimulate the formulation of policies and aimed at the professional and technological excellence of the student body IFES multidisciplinary and inter-institutional teaching practices , as well as supporting the development of regional and sectoral public policies for higher and faster growth and socioeconomic development , improving income and quality of life the country .*

***Key-words:** Intellectual Property, Ifes, Curriculum, Agronomy.*